



Instituto Superior de Ciência de Educação da Huíla
ISCED-HUÍLA

**TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA EM ANGOLA E OS DESAFIOS DA
ESTABILIDADE DA CIDADANIA (1991-2020)**

AUTOR:Francisco do Rosário Baltazar

LUBANGO
(2022)



Instituto Superior de Ciência de Educação da Huíla

ISCED-HUÍLA

**TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA EM ANGOLA E OS DESAFIOS DA
ESTABILIDADE DA CIDADANIA (1991-2020)**

AUTOR:Francisco do Rosário Baltazar

TUTOR:NarcisoFelix José Nhulilivali "Ph.D"

LUBANGO

(2022)



Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla

ISCED – HUÍLA

DECLARAÇÃO DE AUTORIA DO TRABALHO DE LICENCIATURA

Tenho consciência que a cópia ou o plágio, além de poderem gerar responsabilidade civil, criminal e disciplinar, bem como reprovação ou a retirada do grau, constituem uma grave violação da ética académica.

Nesta base, eu FRANCISCO DO ROSÁRIO BALTAZAR, estudante finalista do Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla (ISCED-HUÍLA) curso de ENSINO DE HISTÓRIA, do Departamento de Ciências Sociais declaro, por minha honra, ter elaborado este trabalho, só e somente com auxílio da bibliografia que tive acesso e dos conhecimentos adquiridos durante a minha carreira estudantil e profissional.

Lubango, Outubro 2022

Autor

Francisco do Rosário Baltazar

DEDICATÓRIA

Aos meus queridos pais: António Baltazar (em feliz memória) e Maria Teresa,

A Minha amada esposa: Ana Clara

Aos lindos Filhos. Obrigado pela coragem e força para terminar esta profícua tarefa.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus todo-poderoso pela graça da vida saudável, de seguida ao Professor Narciso Felix José Nhulilivali “Ph.D”, pela competente e sábia orientação do presente trabalho.

Desejo expressar aqui a minha estima e consideração, por todos meus familiares, amigos que, me ajudaram de diversas formas, para que este trabalho se tornasse uma realidade.

Estender também, os agradecimentos a todos Estudantes inquiridos, pela atenção e valiosos contributos, em responderem a todas as questões que dos inquiridos por questionário.

Para terminar agradeço aos Professores e aos colegas do ISCED-Huíla, em especial do Departamento de Ciências Sociais, que durante toda empreitada académica, deram-me coragem de enfrentar todas as barricadas que foram impostas, no sentido de inviabilizar a conclusão da presente monografia.

RESUMO

Este é um estudo que se enquadra no âmbito da história de Angola que analisa “A transição democrática em Angola e os desafios da estabilidade da cidadania (1991-2020).” E tornou-se possível mediante ao estudo de diversas bibliografias e da aplicação de um inquérito por questionário aos estudantes do 3º ano do curso de História ISCED-Huíla do regime diurno e pós-laboral. No domínio metodológico trata-se de uma pesquisa quantitativa com recurso aos métodos: Histórico-lógico, Indutivo-dedutivo, análise e síntese, consulta bibliográfica e método dialéctico. Os resultados da parte empírica da investigação, demonstraram que o tema em questão é pouco abordado e a mais 70% dos estudantes inqueridos, o seu nível de conhecimento é insuficiente.

O trabalho está composto por uma introdução e três capítulos; o primeiro capítulo, fez-se a fundamentação teórica da investigação, onde contextualizamos a área de estudo destacamos a situação geográfica e histórica apoiando-se em autores que já abordaram sobre o assunto. O segundo capítulo fez-se a fundamentação metodológica da investigação, onde destacou-se, a transição democrática em Angola e os desafios da estabilidade da cidadania no período entre (1991 a 2020). O terceiro capítulo fez-se a fundamentação empírica da investigação, onde analisou-se e apresentou-se os resultados com base o trabalho de campo durante a investigação e finalmente as conclusões, sugestões bibliografia e anexos.

Palavras-Chave: Transição Democrática, Angola e Cidadania.

ABSTRACT

This is a study that falls within the scope of the history of Angola that analyzes “The democratic transition in Angola and the challenges of the stability of citizenship (1991-2020).” And it became possible through the study of several bibliographies and the application of a questionnaire survey to students of the 3rd year of the ISCED-Huíla History course of the daytime and after-work regime. In the methodological domain, this is a quantitative research using the methods: Historical-logical, Inductive-deductive, analysis and synthesis, bibliographic consultation and dialectical method. Addressed and to another 70% of the students surveyed, their level of knowledge is insufficient. The work consists of an introduction and three chapters; in the first chapter, the theoretical foundation of the investigation was made, where we contextualize the study area, highlight the geographical and historical situation, relying on authors who have already addressed the subject. The second chapter provided the methodological basis of the investigation, where the democratic transition in Angola and the challenges of the stability of citizenship in the period between (1991 to 2020) were highlighted. The third chapter presents the empirical foundation of the investigation, where the results are analyzed and presented based on the field work during the investigation and finally the conclusions, bibliography suggestions and annexes.

Keywords: Democratic Transition, Angola and Citizenship.

LISTA DE ACRÔNIMO

LNA – Liga Nacional Angolana

ANANGOLA – Associação Regionais dos Naturais de Angola.

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

UPNA – União dos Povos do Norte de Angola

UPA – União das Populações de Angola

FLN – Frente de Libertação Nacional

EUA – Estados Unidos de América

PCP – partido comunista português

CMA – Clube Marítimo Africano

MAC – Movimento Anticolonial

PLUAA – Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola

MINA – Movimento para a Independência Nacional de Angola

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

GRAE – Governo Revolucionário Angolano no Exílio

OUA – Organização da Unidade Africana

UA – União Africana

RDC – República Democrática do Congo

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

PRS – Partidos de Renovação Social

FDP – Frente Democrática Patriota

PRD – Partido de Renovação Democrática,

ONU – Organização das Nações Unidas

FLEC – Frente de Libertação de Cabinda

MLC – Movimento de Libertação de Cabinda

FDC – Fórum de diálogo de Cabinda

EIU – Economist Intelligence Unit

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE AUTORIA DO TRABALHO DE LICENCIATURA	i
DEDICATÓRIA.....	ii
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO.....	iv
ABSTRACT	v
LISTA DE ACRÔNIMO.....	vi
INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E HISTÓRICA DE ANGOLA	8
1.1. Situação Geográfica de Angola.....	8
População.....	8
Clima.....	8
Rede Hidrográfica	9
Ecologia	9
Flora e Fauna.....	9
1.2. Enquadramento Histórico de Angola.....	10
1.3. Surgimento dos Movimentos Independentistas de Angola.....	11
1.3.1. Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).....	13
1.3.2. Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)	15
1.3.3. União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA)	18
CAPITULO II- TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA EM ANGOLA E OS DESAFIOS DA ESTABILIDADE DA CIDADANIA (1991-2020).....	21
2.1. Conceitos de Democracia	21
2.2. Democracia em África	23
2.3. Democratização em Angola: Sectores e Actores	27
2.4. Desafios da Consolidação da Democracia em Angola.....	32
2.5. O Papel da Sociedade Civil na Estabilidade da Cidadania	36
CAPITULO III- APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS ATRAVEZ DOS INQUÉRITOS APLICADO AOS ESTUDANTES	42
3.1. Tipo de pesquisa	42
3.2. População e amostra	42

3.3. Caracterização da Amostra dos Estudantes Inqueridos.....	42
3.4. Apresentação dos resultados	43
CONCLUSÕES	49
SUGESTÕES.....	50
BIBLIOGRAFIA	52
ANEXOS	55

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A História reserva ideias e passado da humanidade, enraizada numa razão cuja, a força emancipatória seja capaz de libertar as consciências das múltiplas formas de dominação de um povo. A luta pela independência em Angola teve o seu início na década de 1960. A rebelião anticolonial se expressava através de três grupos rivais (MPLA, UNITA e a FNLA). A rivalidade entre os grupos resultou em luta armada que levou mais de três décadas. O apoio do estrangeiro a cada facção em luta espelhava claramente a Guerra Fria na África.

De um modo geral, os conflitos e guerras civis em Angola foram causados por uma combinação de componentes ideológicos, económicos, étnicos e políticos. Hoje, graça a democracia, implantada desde 1992, que o país é um Estados democrático e de direitos. Mas em função das mudanças sociais, políticas, económicas e culturas, percebe-seque, se deve trabalhar muito mais, na consciência da futura geração correlação do valor e a importância que a democracia tem na construção da unidade e estabilidade social do país.

Os acordos de Bicesse foi efectivado com a realização das eleições de 1992, que marcam o principio da democrácia em Angola.

Dai que, o presente trabalho é um estudo, que se enquadra no âmbito da História de Angola e versa sobre atransição democrática em angola e os desafios da estabilidade da cidadania (1991-2020).

Problemática e Pergunta de Partida

É notório hoje verificamos a falta de patriotismo e cidadania por parte dos cidadãos principalmente na nova geração, e com o fenómeno da globalização a coisa tende a piorar cada vez mais. Poucos amam a sua terra natal, não valorizam a sua verdadeira identidade cultural, não protegem o bem público, não se revêem nos símbolos nacionais nem em datas comemorativas por motivos políticos ou religiosos.

A escolha do tema surgiu como fruto de uma observação e reflexão histórica, social e real. E o mais agravante, é que há cada vez mais desinteresse por dos cidadãos pela protecção do bem público e não se verifica apenas, no cidadão

comum ou não letrado, mas também e com maior percentagem, nos cidadãos letrados de classe média e alta da sociedade angolana.

Diante desta problemática, para perceber a sua incidência no contexto histórico e social do homem, formulou-se a seguinte pergunta de partida: *Como foi a transição democrática em Angola e quais são os desafios da estabilidade da cidadania (1991-2020)?*

Questões secundária de investigações

- Como foi a transição democrática em Angola?
- Quais são os desafios da estabilidade da cidadania (1991-2020)?
- Qual é a importância da transição democrática em Angola e os desafios da estabilidade da cidadania (1991-2020)?
- Qual é o valor da democrática em Angola e os desafios da estabilidade da cidadania (1991-2020)?

Objectivo geral

- Analisar o processo de transição democrática em Angola e os desafios da estabilidade da cidadania (1991-2020).

Objectivos específicos

- Descrever a transição democrática em Angola e os desafios da estabilidade da cidadania (1991-2020);
- Identificar os percussores e as principais ideias da democracia;
- Enumerar a importâncias e o valor da transição democrática em Angola e os desafios da estabilidade da cidadania (1991-2020);
- Sugerir estratégias adequadas, para incentivar as futuras gerações, a sociedade académica investigar mais sobre a transição democrática em Angola e os desafios da estabilidade da cidadania (1991-2020).

Delimitação do tema

O estudo foi realizado no Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED/Huíla), na província da Huíla concretamente na cidade do Lubango.

Quadro Metodológico

Trata-se de um estudo quantitativo com o recurso a um conjunto de métodos e técnicas aplicadas para a recolha e tratamento de dados. Segundo Andrade (2010), a “Metodologia é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca de conhecimento”. Para o presente estudo, utilizou-se os seguintes métodos:

Histórico-lógico: de acordo com Marconi e Lakatos (2004, p 38), este método, “consiste na investigação dos acontecimentos, processos, instituições do passado para verificar sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma actual por meio de alteração e influência do contexto cultural de cada época”. Assim sendo, este método possibilitou-nos fazer uma análise do percurso histórico da importância do patriotismo e do nacionalismo na construção da unidade nacional.

Método indutivo-dedutivo: conforme Marconi e Lakatos (2004, p.42), “são métodos que dentro de uma investigação, generalizam e particularizam o problema, para melhor conclusão”. Permitiu-nos chegar às conclusões generalizadas a partir de questões particulares, gerais e vice-versa.

Análise e síntese: consistiu na decomposição do problema em análise, (Silva, 2005).

Consulta bibliográfica: consistiu na leitura intensiva de obras que foram consultadas ligadas à temática.

Método Hermenêutico: Serviu para interpretar toda literatura consultada ligada a temática.

Estatística descritiva: segundo Silva (2005, p. 21), serve para descrever e sumariar um conjunto de dados. Com este método fez-se a descrição quantitativa dos resultados da pesquisa. Portanto, com estes métodos fez-se uma construção histórico e uma análise sobre os pressupostos teóricos e, a partir destes fundamentou-se a investigação.

Técnicas de Pesquisa Social

Como técnicas de pesquisa social, utilizou-se o **inquérito por questionário**. O questionário é uma técnica de investigação que permite a recolha de informações directamente de um interveniente na investigação, através de um conjunto de questões organizadas seguindo uma determinada ordem. Estas podem ser aperfeiçoadas ao respondente de uma forma oral ou escrita. É uma técnica mais utilizada, pois permite obter informações sobre determinado fenómeno através da formulação de questões que reflectem atitudes, opiniões, percepções, interesses e comportamentos de um conjunto de indivíduos (Tuckman, 2000).

Importância da Investigação

O presente trabalho de investigação científica, tem **importância teórica**: por, elaborar um quadro teórico que analisa e descreve a transição democrática em Angola e os desafios da estabilidade da cidadania (1991-2020), e procurou aprofundá-los mediante os elementos introduzidos após a investigação para obter mais dados sobre o tema em questão. Tem **importância prática** por, enriquecer os conteúdos em história de Angola de modo a elevar o grau de conhecimento dos estudantes do 4º ano do curso de História do ISCED- Huíla e não só.

**CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E
HISTÓRICA DE ANGOLA**

CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E HISTÓRICA DE ANGOLA

1.2. Situação Geográfica de Angola

A República de Angola está situada no continente africano, tem uma extensão territorial aproximadamente de 1.246.700Km. pela sua extensão é um dos maiores países de África; faz fronteira a norte com a República Democrática do Congo e a República do Congo Brazzaville, a sul com a República da Namíbia, a Leste com a República Democrática do Congo e a República da Zâmbia ao Oeste é banhada pelo oceano Atlântico. Tem 18 províncias 164 municípios e 534 comunas. Foi Colónia de Portugal e conseguiu a sua independência no dia 11 de Novembro de 1975 (Costa, 2006).

População

Angola é um país vasto, os resultados do Censo de (2014), indicam que em Angola residiam 24.383.301 pessoas, sendo 11.803.488 do sexo masculino e 12.579.813 do sexo feminino; sendo que a província da Huíla estava estimada em 2.354.398, sendo 1,117.342 do sexo masculino e 1.237.056 do sexo feminino.

Clima

Segundo Costa (2006), clima são condições atmosféricas médias de uma região, como a temperatura e a precipitação, incluindo as variações sazonais que resultam da sucessão encadeadas de tipos de tempos registados ao longo de trintas anos.

Angola encontra-se na zona intertropical sul e é influenciada pelos factores climáticos gerais comuns à zona geográfica de localização (radiação solar, latitude, circulação geral da atmosfera) e pelos factores regionais e locais (Oceano Atlântico, especialmente a corrente fria de Benguela, topografia, exposição, etc.), cujos efeitos, em muitos casos, prevalecem sobre os primeiros. Devido a esses factores Angola apresenta três zonas climáticas: Zona de clima tropical húmida, zona de clima tropical seca e zona Desértica (Mateus, 2006: 7).

Rede Hidrográfica

Angola apresenta uma rede hidrográfica que tem uma relação estreita com o relevo do país, correndo dos rios a partir das zonas planálticas e de montanhas marginais. Existem quatro vertentes de escoamento das águas: a Vertente Atlântica, Vertente do Zaire, Vertente do Zambeze e Vertente do Kalahari.

O maior e o mais navegável rio de Angola é o Kwanza, com 1.000 Km de extensão, em cujos afluentes, Lucala, se encontram as celebres Quedas de calandulas. As principais bacias hidrográficas são as dos rios Zaire, Mbridge, Kwanza, Keve, Cunene e Cuando. O principal lago é o Dilolo e as lagoas do Panguila e Muxima.

Ecologia

Sendo a ecologia, a ciência que estuda o habitat, as condições de existência dos seres vivos e as interações existentes em seres vivos na natureza, é a partir da ecologia que se pode saber como o homem modifica o ambiente em que vive, e as consequências posteriores que viram deste acto, visto que, os seres vivos interagem entre si, (Ferreira, 1988),

A procura da sua sobrevivência, o homem está constantemente a destruir o seu habitat, com a contaminação de águas, cortes e árvores e poluição do meio ambiente, causando desmatamento, perdas da biodiversidade. Angola, infelizmente tem sido vítima da acção do homem, principalmente no corte anárquico de árvores e arbustos, a extinção dos polígonos florestais, daí que nos últimos tempos nota-se a devastação da flora e a extinção da fauna

Flora e Fauna

Angola apresenta cinco tipos de zonas naturais, designadamente a floresta húmida e densa como a floresta do Maiombe, que contem as mais raríssimas madeiras do mundo, as savanas, normalmente associadas as matas as matas como é o caso das Lunda, Savanas Secas com árvores ou arbustos, em Luanda, baixa de Kassanje e certas áreas das Lundas.

Existem ainda Zonas de Estepe ao longo de uma faixa que tem o início a Sul do Sumbe e por fim, a Zona Desértica que ocupa uma estreita faixa costeira no

extremo sul do país, onde podemos encontrar no deserto do Namibe uma espécie única e endémica no mundo que tanto caracteriza este país a “*WelwitschiaMirabilis*”.

Em relação a fauna, no território angolano conhecem-se inúmeras espécies espalhadas por várias regiões. Na floresta do Maiombe habitam Gorilas, Chimpanzés e papagaios. Nas zonas naturais mais húmidas do norte, centro e leste, podemos observar o *Golungo*, a palanca negra-Gigante, uma espécie endémica no mundo e em vias de extinção. A Seixa e os Elefantes. Já nas regiões mais secas aparecem a Cabra de Lengue, o Guelengue do Deserto, o *Gnu*, a *Imala*, a *Chita*, *Búfalos*, *Elefante*, a *Zebra* e a *girafa*.

Na fauna marítima, existem igualmente uma enorme variedade de peixes e de mariscos, que igualmente encontram-se nos rios e a par deste, podemos ver também Crocodilos e Jacarés.

1.2. Enquadramento Histórico deAngola

Etimologicamente, o nome Angola é derivação portuguesa do termo Bantu Ngola, título dos reis do reino do Ndongo, (situado a leste da hoje capital Luanda) existente na altura em que os portugueses se estabeleceram em Luanda, no século XVI. Segundo o etnólogo José Redinha em “Origem e generalização do nome Angola/Étimo, origem e significado do termo “Angola” e sua progressivaextensão à actual província portuguesa de Angola”, significa “Força”.

Para Fernando(2009, p.166), “chamaram a esta área Angola, da palavra Ngola que no idioma Kimbundu significa “governante”. Este termo Ngola tem sua raiz no termo “Ngolo”, o que em quimbundo significa força, de acordo com o “Ensaio de Dicionário Kimbundu Português”, preparado por Joaquim Dias Cordeiro da Matta, e publicado em Lisboa no ano de 1893. O mesmo termo em quicongo significa “rigor, força, fortaleza, ou robustez”. Os portugueses depreenderam, assim que o Ngola era aquele que tinha força. Aquele que era poderoso.

A Lei Constitucional de (2010), nos artigos 1º e 2º, confirma que “ a República de Angola é uma Nação soberana e independente que tem como objectivo fundamental a construção de uma sociedade livre, democrática, de paz justiça e progresso social; e que é um Estado democrático de direito que tem como fundamentos a unidade nacional, a dignidade da pessoa humana, o pluralismo de expressão e de organização política e o respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do homem, quer individual, quer como membro de grupos sociais organizados”.

1.3. Surgimento dos Movimentos Independentistas de Angola

O projecto da luta política iniciada pelos movimentos nacionalistas africanos, nomeadamente por angolanos pretendia construir um sentimento nacionalista e revolucionário no combate ao colonialismo português. É na base desses pressupostos que nasce o modelo de organização política e social, fruto da herança colonial. Nesta perspectiva, Smith afirmou que «os nacionalismos cívicos e territoriais emergem da estrutura colonial, para fornecer um veículo de formação de novas identidades políticas na África, América Latina e na Ásia».

Mas é em pleno século XX que se inaugura aquilo que se chama o período de reconhecimento do poder e da edificação das soberanias no continente africano. Dá-se então um novo posicionamento no delineamento do pensamento do homem africano na busca da sua afirmação política e intelectual, apesar da sua fraqueza ao nível de instrução académica. Perante a crescente afirmação da política europeia para a África, a necessidade de não apenas defender-se do domínio externo, mas revoltar-se também contra essa dominação em ordem a obter o seu termo, passava a constituir um imperativo (Somerville, 1986).

A neutralidade de Portugal na Segunda Guerra Mundial e a continuidade da ditadura salazarista no período pós-conflito mundial contribuiu para que as colónias portuguesas fossem pouco afectadas pelos sentimentos anticoloniais que se alastravam pelo continente. Ainda assim a intransigência do regime colonial português ao negar expressão e representação política em Angola e a natureza autoritária do Estado Novo estimularam o desenvolvimento dos

partidos políticos nacionais, a clandestinidade e a guerrilha contra o governo português, bem como o carácter radical dos movimentos anticoloniais. A liberdade associativa em Angola era limitada a Liga Nacional Angolana (LNA) e a Associação Regional dos Naturais de Angola (ANANGOLA), cujas acções eram voltadas a reivindicações de cunho social e de melhores condições de vida dos seus membros, não se tratando de uma contestação da ordem colonial estabelecida propriamente dita (Mbah, 2010).

Nos anos 1940 e 1950 os angolanos vivendo próximo as regiões de Luanda e do Congo Belga se tornaram mais atentas as mudanças que ocorriam no restante da África, principalmente em razão da independência do Congo Belga (Guimarães, 2001). O início da violência anticolonial começou no distrito de produção de algodão de Malanje, em Janeiro de 1961, seguido pela insurreição em Luanda a 04 de Fevereiro e pela rebelião de Março, em Cassange. Essas insurreições precipitaram a guerra de independência e formaram tanto MPLA quanto UPA a se comprometerem com a luta armada. Entretanto, as acções anticoloniais em 1961 não moveram o colonialismo português para fora do território e as rebeliões foram suprimidas em quatro meses (Newitt, 2007). Ao invés disso, o governo de Lisboa enviou ainda mais soldados para Angola, mesmo com falta de apoio dos EUA, quando, na administração Kennedy, reverteu sua política deixando de apoiar as posições portuguesas e aprovando uma resolução condenando a repressão das acções nacionalistas em Angola (Guimarães, 2001 p. 189). Assim, após as tensões em 1961,

[...] os portugueses reforçaram a segurança em áreas estratégicas do país e introduziram reformas como a abolição do trabalho forçado, visando amenizar a situação e convencer a opinião internacional de que mudanças estavam sendo realizadas. Estabeleceram, também, um sistema de aldeamentos, pelo qual os camponeses eram obrigados a mudar-se de seus povoados para locais controlados militarmente pelos portugueses, de forma a combater as actividades guerrilheiras em áreas rurais (Visentini, 2013, p.341)

De acordo com Messiant (1994), os movimentos de libertação nacional podem ser associados ao poder de três grandes grupos étnico-linguísticos, fortemente territorializados, os quais correspondem a 75% da população no centro do país, representando 35% da população; os *Mbundu*, localizados ao norte do país,

próximos à capital Luanda, representa 20% da população; e os *Bakongos*, localizados nas províncias do noroeste e em Cabinda, associados aos territórios congolezes, representando 15% da população. Embora a etnicidade angolana tenha sido explorada pelos movimentos de libertação, ela não teve tradução linear com a divisão do nacionalismo angolano. Educação, raça, disputas entre grupos de poder e escolhas políticas também devem ser analisadas a não ser no caso da FNLA, cuja dimensão étnica é atípica frente aos demais.

1.3.1. Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

A Frente Nacional de Libertação de Angola surgiu no norte de Angola, na região de fronteira com a República Democrática do Congo, tendo sido, com o MPLA, o principal movimento de contestação do regime colonial português (BITTENCOURT, 2008). Por conta de sua forte raiz tribal, a FNLA foi constantemente submetida a críticas acerca de sua capacidade de representar o povo angolano. Mas apesar disso, foi considerado o movimento mais importante no início da luta anticolonial (Cahen, 2006).

Holden Roberto, líder da FNLA, nasceu em Angola, mas foi criado em Leopoldville – após 1966, Kinshasa. Em Julho de 1956 foi criado a União dos Povos do Norte de Angola (UPNA), sendo seu tio, Barros Necaca, o presidente, com o objectivo de restaurar o antigo Reino do Kongo. Holden Roberto, ascendeu dentro da UPNA e representou o grupo na primeira conferência dos Povos Africanos, em Accra, em Dezembro de 1958, onde pode estabelecer contactos com outros nacionalistas africanos, como *Franz Fanon*, *KemethKaunda*, *Patrice Lumumba* e *SekouTouré*. Embora tenha sido eleito para o próximo congresso, em Túnis, os delegados africanos criticaram o anacronismo tribal da UPNA (Guimarães, 2001 p.124).

A partir dessa interacção, Roberto passou a defender uma identidade totalmente angolana, do que resultou a mudança do nome do grupo para União das Populações de Angola (UPA), 1958. Diante do apoio recebido da Argélia, os membros da UPA foram treinados nos campos da Frente de Libertação Nacional (FLN), e depois da independência do Congo Belga, usaram este país

país como base, o qual passou a congregiar diversos grupos nacionalistas angolanos em seu território, inclusive o MPLA (Somerville, 1986). Nos próximos dois anos, Roberto viajou pelo mundo, publicando artigos contra o colonialismo português e buscando fortalecer seu movimento – momento em que iniciaram os contactos com os EUA – tendo, inclusive, participado como observador na segunda Conferencia dos Estados Africanos Independentes, em *Addis Abeba*, em Junho de 1960 (Guimarães, 2001pp. 124-138).

No início dos anos 1960, enquanto a liderança do MPLA estava desorganizada, Roberto já era uma figura bastante conhecida na arena política africana. Em 1960 aconteceu a segunda Conferencia dos Povos Africanos, em Túnis, a qual mudaria as perspectivas dos Movimentos de Libertação dos angolanos, ocasião em tanto MPLA quanto UPA estiveram presentes. Com a guerra de independência da Argélia, Franz Fanon convocou uma acção directa dos nacionalistas africanos, em detrimento da opção pacífica. Enquanto a guerra era uma iniciativa considerada pela UPA, Mário Pinto de Andrade, Líder do MPA, refreava tal possibilidade. A resistência do MPLA ajuda a explicar o facto de a FNL ter apoiado a UPA nos primeiros anos de guerra anticolonial. Os dois movimentos pareciam seguir direcções opostas até a rebelião de 04 de Fevereiro de 1961, que retirou o MPLA da obscuridade e estabeleceu-o como força de peso contra o colonialismo (Cahen, 2006 p. 98)

Em 15 de Março de 1961 ocorreram os ataques no norte de Angola, efectuados pela UPA. O impacto desses actos de violência contribuíram para o avanço do nacionalismo angolano e trouxe maior atenção internacional ao país. Assim, iniciou-se uma nova fase no nacionalismo anticolonial. Depois dos ataques de Março, a UPA abandonou sua identidade tribal e buscou expandir-se como uma força representativa do nacionalismo angolano. Naquele ano transcendeu a base étnica Bakongo com o apontamento de Jonas Savimbi como Secretário-geral do movimento, o que fez com que outras pessoas passassem a apoiar o movimento, principalmente estudantes angolanos Ovimbundu. Neste sentido, em 27 de Março de 1962 a Frente Nacional de Libertação de Angola foi formalmente estabelecida, com o objectivo de representar uma frente, unindo mais que um movimento singular ou partido, para representar a união dos

angolanos contra o colonialismo. Em 05 de Abril de 1962 a FNLA formou o Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE), uma estratégia para atrair maior atenção ao conflito contra os portugueses e angariar legitimidade internacional frente ao MPLA(Somerville, 1986 p. 211).

No início da guerra anticolonial os pensamentos políticos dominantes na FNLA eram o anticomunismo e o nacionalismo africano. Assim como o MPLA, clamavam a libertação da terra e do povo angolano do colonialismo, mas diferentemente tinha pronunciamentos de carácter liberal contra o comunismo. Ainda assim, é importante observar que, "... as elites angolanas Bakongo sofrem um processo de urbanização mais tardia, o que lhes possibilitava maior ligação com o campo e com as tradições de suas famílias, quando comparadas, principalmente, as famílias luandenses, há bastante tempo urbanizadas ...", o que era visto por muitos como expressão de sua africanidade e legitimidade enquanto movimento político(Bittencourt, 2008, p. 05)

1.3.2. Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

No final dos anos 1940, alguns clandestinos de oposição ao colonialismo começaram a se formar nos centros urbanos de Luanda e Benguela. Sua composição era eminentemente de mestiços e assimilados, os quais actuavam através de protestos literários, principalmente por meio da revista Mensagem – vinculada à ANANGOLA – na qual pleiteavam uma identidade que fosse africana em raça e angolana em nacionalidade. Somente duas edições da revista foram publicadas, em 1948 e 1949, pois a mesma foi banida em 1950. Esses angolanos representavam uma nova geração de nacionalistas, os quais se afastaram das abordagens negociadas anteriores e, a partir de um pensamento marxista, buscavam a liberdade do jugo colonial e a construção de uma identidade africana (Guimarães, 2001 p. 157).

Dentre os membros do MPLA incluíam-se mestiços e brancos, principalmente moradores das regiões urbanas e trabalhadores assimilados, como funcionários públicos, empregados do comércio, enfermeiros, estudantes e operariado urbano.

A principal influencia política neste período foi o marxismo, embora nem todos os mestiços e assimilados fossem afeitos a tal ideologia. O partido comunista português (PCP), que teve importante papel nesse processo, através dos laços com Viriato da Cruz, um dos líderes do MPLA e editor da revista Mensagem, ajudou a criar o Partido Comunista Angolano, 1954, enquanto única oposição anti-salazarista activa durante o Estado Novo, membros do PCP teriam se infiltrado em algumas associações coloniais angolanas autorizadas, como a LNA e a ANANGOLA. Além da actividade clandestina em Luanda, o nacionalismo angolano também se organizou a partir de Lisboa, através de associações estudantis. Dentre estes estudantes em Lisboa e Coimbra na década de 1950, destaca-se Mário Pinto de Andrade, o fundador do MPLA, Agostinho Neto, o líder do MPLA e Lúcio Lara ideólogo do MPLA. Uma das mais importantes associações fundadas em Lisboa em 1944, foi a Casa dos Estudantes do Imperio, onde os estudantes adquiriam uma consciência política revolucionaria (Mbah, 2010p. 125).

Além deste, os estudantes africanos também criaram, em Lisboa, o Centro de Estudos Africanos, em 1951, com um enfoque africanista, visando desenvolver a consciência revolucionária dos estudantes africanos e uni-los num quadro associativo (Mbah, 2010 p.127).

As actividades políticas não se limitavam a militância intelectual. Em 1954, os estudantes começaram a se aproximar dos trabalhadores imigrantes de Angola e africanos lusófonos residentes em Lisboa, como marinheiros angolanos que viviam nos bairros populares de Lisboa. Disso resultou, o Clube Marítimo Africano (CMA), e a disseminação das ideias anticoloniais e marxistas-leninistas, em Angola. Com a criação do Movimento Anticolonial (MAC) em Portugal, em 1957, lançava-se uma nova etapa no processo de unificação das componentes nacionalistas angolanas e africanas europeias. A criação do MAC correspondia a uma necessidade para as trocas de informações entre os angolanos residentes em Lisboa e os dirigentes do interior do País (Viriato da Cruz e Ilidio Machado, principalmente) (Newitt, 2007 p. 18).

De acordo com Guimarães (2001), a partir destas organizações surgiu o núcleo do MPLA, com Viriato da Cruz e Ilídio Machado actuando em Luanda, Agostinho Neto junto aos marinheiros, e Mário de Andrade em Lisboa. Contudo, no fim dos anos 1950, a liderança desses movimentos foi atingida por uma campanha de prisões e exílio realizada pelos portugueses. Foi criada uma secção especial na PIDE para Angola, em 1957, responsável pela prisão de Ilídio Machado e de Agostinho Neto, no início da década de 1960. Com a repressão política em Luanda, Mário de Andrade, Viriato da Cruz e Lúcio Lara formaram o núcleo da Liderança do MPLA no exílio, actuando em Paris por intermédio do MAC (Somerville, 1986).

Segundo a versão oficial, o MPLA surgiu a 10 de Dezembro de 1956, em Luanda, resultado da fusão entre diferentes organizações nacionalistas angolanas clandestinas: o partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA) e o Movimento para a Independência Nacional de Angola (MINA), sob liderança de Ilídio Machado (PCA), Viriato da Cruz (Mensagem), Matias Miguel, Higino Aires e André Franco de Sousa (Mbah, 2010). O MANIFESTO do MPLA, lançado nesta data, situaria a fundação do partido e o apelo a unidade nacional, segundo o qual:

[...]A derrota do colonialismo português não será possível sem luta. Desse ponto de vista decorre que existe um único meio de libertação do povo angolano: o da luta revolucionária. Essa luta, no entanto, só poderia alcançar a Victoria final através de uma frente unida de todas as forças anti-imperialistas de Angola, sem levar em conta a cor política, a situação social, as crenças religiosas e as tendências filosóficas dos indivíduos, no seio de um amplo Movimento Popular de Libertação de Angola. O movimento, no entanto, só poderá nascer a partir de uma aliança de todos os patriotas angolanos no seio de uma organização única. [...] (Mbah, 2010, p. 88).

Portanto, é possível afirmar que o MPLA nasceu em 1956, quando da publicação do seu manifesto, mas que sua afirmação na cena política angolana se deu mais tarde, 1960, após diversas discussões entre seus líderes (Mbah, 2010).

De acordo com (Mbah, 2010), é possível apontar duas principais correntes influenciando o MPLA, o nacionalismo e o marxismo. Os aspectos gerais do seu nacionalismo dizem respeito a busca de uma nacionalidade angolana. O marxismo, por sua vez, era utilizado para se pensar a luta em termos de

classes sociais e não de um conflito racial, isto é, uma luta dos oprimidos contra os colonizadores opressores, e não oprimidos contra oprimidos.

1.3.3. União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA)

A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), criada em 1966 por Jonas Savimbi, foi o movimento mais recente a se formar no país, e que junto com o MPLA desempenhou papel central ao longo de toda a Guerra Civil (1975-2002). Diante das representações nacionalistas angolanas da FNLA e do MPLA, as quais, mesmo que despretensiosamente, tinham um carácter geográfico particular, boa parte da população angolana, especialmente nas áreas do interior, não estava representada e não era figura activa da luta pela libertação:

Assim, a criação da UNITA remonta a um movimento cujas origens se situam no interior de Angola, visando a representatividade da maioria da população e cultura angolana, localizadas nas áreas rurais do país. O movimento não teve tradução linear com uma representação étnica, não sendo nem mesmo expressão de um nacionalismo étnico tardio. A relação que o grupo ovimbundu veio a construir com a UNITA, e o desenvolvimento de sua consciência étnica, a partir de 1976, foi uma decorrência da Guerra Civil e da maneira pela qual o MPLA projectou seu poder (Messiant, 1994 p. 97).

Enquanto estudante de Ciências Sociais, Políticas e Jurídicas na Suíça, no início de 1960, Jonas Malheiros Savimbi começou a manter contactos com o MPLA, ao qual cogitava se associar, e também com a FNLA. Percebendo que não teria o protagonismo desejado junto ao MPLA, começou sua trajectória militando na UPA/FNLA, em 1961, quando foi nomeado Secretário-geral e, posteriormente, Ministro dos negócios Estrangeiros da FNLA durante o GRAE (Capoco, 2013).

Savimbi se retirou da FNLA em 16 Julho de 1964 durante a conferência dos povos Africanos, ocasião em que proferiu duras críticas a Holden Roberto e a divisão de forças no interior do GRAE, junto com grupo de dissidentes seduzidos pela proposta de criação de um novo movimento, como Miguel Puna, Tony da Costa Fernandes e Ernesto Mulato (Capoco, 2013).

Ainda neste ano, Savimbi manteve contacto com o MPLA, os quais logo se dissiparam e também visitou a Argélia, a China, o Vietnã do Norte, a Coreia do Norte, a Europa leste, e Egipto, onde com apoio de Nasser, iniciou contactos

com os EUA e a China. Desta, recebeu apoio financeiro e o convite para formação militar de 11 militantes na Academia de Nanquim. Em 1965, Savimbi atingiu a base de Kongwa, na Tanzânia, importante espaço de treinamento de guerrilhas de libertação africanas, onde recrutou diversos militantes para a formação da UNITA, como Samuel Chiwale e os irmãos Chingunji (Fernando, 2013).

A fundação do partido ocorreu em 15 de Março de 1966, em Muangai, com participação de 18 membros fundadores. Em 18 de Setembro a UNITA lançou sua primeira investida contra as forças portuguesas e durante o ano de 1967 fortaleceu sua presença nas zonas mais remotas do país, angariando apoio das populações rurais localizadas no interior (Fernando, 2013)

**CAPITULO II- TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA EM ANGOLA E OS
DESAFIOS DA ESTABILIDADE DA CIDADANIA (1991-2020)**

CAPITULO II- TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA EM ANGOLA E OS DESAFIOS DA ESTABILIDADE DA CIDADANIA (1991-2020)

2.1. Conceitos de Democracia

Segundo (Huntington, 1991, p. 44), definiu a democracia sendo um “sistema político em que os principais responsáveis pelas decisões colectivas são escolhidos em eleições periódicas, limpas e imparciais, caracterizadas pelo direito de voto a população adulta e pela concorrência livre pelos votos dos eleitores”. Para ele, a democracia assim conceituada envolve a contestação e a participação, e implica na existência das liberdades políticas e civis de expressão, de publicação, de reunião e de organização, necessárias para assegurar o debate político e as campanhas eleitorais.

Enquanto Cahen, (2006 p. 98), refere que a democracia é para “designar um sistema político em que uma das suas características consiste em ser quase completamente responsável a todos os cidadãos, considerando como politicamente iguais”.

visão de Dah (1997), citado por França (2007, p. 102), Na nenhum grande sistema político no mundo real é plenamente democrático, preferindo designá-los por poliaquia. A democracia deliberativa que consiste na forma de governo capaz de aproximar o homem da realização do seu telos (finalidade). Está democracia encontra o seu funcionamento na pratica prudência onde os cidadãos reunidos expõem suas opiniões estabelecendo um dialogo racional para decidir sobre as acções e questões colectivas do futuro.

Hans Kilsen citado por França (2007), fala-nos da democracia procedimental que é entendida da seguinte forma:

“Um método capaz de criar forma a ordem social colectiva, ou seja, esta é a forma de governo que prevê regras e procedimentos que possibilitam aos cidadãos tomarem decisões. Estas regras dizem respeito ao conteúdo das decisões, mais operam de forma a estabelecer quem são os cidadãos aptos a decidir e de que forma se realizam tais decisões [...] a democracia é apenas uma forma, apenas um método de criação da ordem social”(França, 2007,p.102).

A regra da maioria é característica essencial da democracia procedimental, e é ela que preserva a liberdade do maior número de indivíduos da sociedade. Kilsen também explica que a existência da minoria é essencial para a democracia, porque a democracia no seu corpo legislativo constitucional estabelece uma série de direitos e liberdades fundamentais, indispensáveis a protecção da minoria, a que ele chamou de relação de “autolimitação que é representada pelo princípio da legalidade” (França, 2007, p. 102).

Para Cahen, (2006 p. 159), “viver em sociedade requer que a liberdade natural se transforme em liberdade social ou política”. Defende ainda a ideia de que a liberdade social é a autodeterminação ou seja, dispõe de liberdade aquele que obedece as leis as quais estão em conformidade com a sua vontade.

Enquanto para (França, 2007), a democracia é um procedimento político, ou seja, um tipo de arranjo institucional para alcançar decisões políticas, legislativas administrativas, por tanto não pode ser um fim em si mesma”. Ainda diz que a democracia caracteriza-se muito mais pela “concorrência organizada pelo voto do que pela soberania do povo, ou sufrágio universal. Schumpeter na sua tese sobre a democracia faz uma crítica aos pilares da concepção clássica da democracia:

A soberania popular. O chamado governo do povo, diz ele «é uma ficção. O que existe, na verdade, é o governo aprovado pelo povo, o povo como tal nunca pode realmente governar ou dirigir» “A Democracia significa simplesmente que o povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar os homens que os governam” (França, 2007, p. 44)

Messiant, (1994 p. 211), faz uma diferenciação entre a democracia e a ditadura. “É possível pensar em democracia como uma contraposição da autocracia”. Por exemplo, distingue democracia de ditadura em três aspectos: formação da classe dirigente, responsabilidade do eleito perante os eleitores e mobilidade da classe política. O primeiro aspecto diz respeito à classe governante, que tem que ser necessariamente electiva e não pode ser hereditária. O poder, é fundado no consenso. Este é o primeiro princípio, o da legitimidade do poder ou da formação da classe dirigente, conforme visto para o **primeiro princípio**, o poder é fundado no consenso, porém, esse consenso precisa ser verificado

periodicamente, ou seja, não é suficiente a classe dirigente ter sido eleita uma vez, é preciso que haja eleições periódicas para se verificar esse consenso inicial. Esse é o **segundo princípio** de o da responsabilidade do eleito diante dos eleitores. O **terceiro princípio** da democracia é o da mobilidade da classe por meios pacíficos, por mais radical que seja a mudança. “Quando as classes políticas em concorrência, encontramos-nos diante de um regime que é ou tende a se tornar aristocrático em uma democracia do que em uma autocracia. Assim, pode-se perceber que analisa a democracia sob a óptica da classe governante, e não como um governo do povo para o povo:

A democracia é um método ou via para a tomada de decisões colectivas, isto é conjunto de regras que possibilita as decisões colectivas, para este autor o regresso periódico as eleições simboliza por vezes a continuidade do jogo (a Victoria não está definitivamente conquistada) [...] a oposição derrotada na partida anterior, deve esperar a próxima sem impedir durante o intervalo, que a maioria e o governo realizem sua função (França, 2007, p. 61).

A democracia como autogoverno do povo, é um mito que a história desmente continuamente. Em todos os Estados, quem governa – e aqui falamos de “governar” no sentido de tomar as decisões ultimas que se impõem a todos os membros de um grupo é sempre uma minoria, um pequeno grupo, ou alguns grupos minoritários em concorrência entre si (Matos, 2020).

Historicamente a concepção de democracia têm-se tornado vaga e ampla, com pouca qualidade de definição. Embora este regime político tenha um sentido literal, não nos ajuda a entender de facto o que é uma democracia. Por essa razão são usados alguns tipos de democracia que buscam explicar de que democracia os está a referir. Dentre as várias concepções de democracia citamos: Democracia Direita, democracia indirecta ou representativa, e democracia participativa (Hugon, 2015 p. 142).

2.2. Democracia em África

A palavra África é controversa. Na língua latina, designava a *Ifríqiya* (da palavra berbere Ifri, rochedos, ou do nome dos Afros, população que habitava no norte da Medjerda na actual Tunísia. Os romanos aplicaram-na primeiro á

província África (a actual Tunísia) denominadas Líbia pelos gregos. O Continente africano limita-se ao Norte pelo Mar Mediterrâneo, ao Oeste pelo Oceano Atlântico e ao Leste pelo Oceano Índico (Hugon, 2015).

A história da África não é simplesmente marcada pelo processo de dominação e colonização europeia. Também, é marcada por transformações internas que foram muito significantes para o próprio continente. A África pré-colonização era diversa em organização política, desde grupos organizados a partir de linhas familiares e étnicas até impérios relativamente centralizados. O período colonial desmantelou as várias formas de organização, seja através da ocupação directa ou da combinação com elites locais. Independentemente da forma colonial, os processos eram marcados pela violência e exclusão (Ndiaye, 2016).

Nos finais do século XIX, em 1884 e 1885, na cidade de Berlim na Alemanha advém uma nova configuração para o continente africano, que consistia na partilha do continente pelas potências imperialistas europeias. Essa divisão tornou os processos históricos e desenvolvimento de organizações e regimes políticos no continente africano muito diferente de outras regiões do mundo (Carvalho, 2014).

75 Anos depois da Conferência de Berlim, no continente africano iniciava um novo ciclo, que ficou conhecido como a Era das Independências. A partir das décadas de 1950 e 1960, a maioria das suas ex-colónias francesas e inglesas havia se tornado independentes das suas ex-metrópoles (Carvalho, 2014).

A década de 1960 foi marcante para o continente africano, em que as regiões se reorganizaram em Estados-Nações. Esse período ficou conhecido como a Descolonização da África e deu expectativas de que os países da região fossem compor uma onda de democratização. Essa expectativa foi frustrada, especialmente em decorrência das pressões da Guerra Fria (Visentini, 2010 p.57).

Ao fazer uma análise do processo de democratização em África, é importante a formação sócio histórica do continente, de maneira que são apresentados os níveis de realidade e formação social específica argumenta que a história colonial de África não apresenta a experiência do continente de um governo do

povo por conta de todo processo de dominação e colonização que o continente enfrentou, os registos que foram deixados é uma imposição de outras civilizações que comprometeu todo sistema político, económico, cultural e demográfico(Furtado, 1998 p.89).

Em 1963, na cidade de Adis Abeba, Capital da Etiópia, foi criada a Organização da Unidade Africana (OUA), com objectivo de promover a integridade de todos os países africanos para a defesa de seus territórios em caso de tentativa de reocupação dos colonos. A carta da Organização da Unidade Africana (OUA) continha sete princípios que pautavam suas acções no continente, a saber: igualdade e soberania entre todos os Estados-membros; não interferência em assuntos internos dos Estados; respeito pela soberania e igualdade territorial dos Estados; negociação pacífica de controversas por mediação e arbitragem; condenação de assassinatos políticos e outras formas de subversão política; dedicação a emancipação de territórios africanos ainda dependentes; e reafirmação da política de Não-Alinhamento (OUA, 1963). A OUA não incorporou a democracia como um dos seus princípios centrais, o que é compreensível, visto que a grande urgência do continente no período era a consolidação das independências dos novos Estados e proteger-se das pressões políticas e económicas do conflito bipolar. Apenas no XXI, com a criação da União Africana (UA) – sucessora da OUA – a democracia torna-se um valor central para uma organização internacional da África (Souza, 2016).

A implementação de processos de democratização em África não aconteceu de imediato, porque a maioria dos países adoptou um sistema de partido único desde o momento que se tornaram independentes. Além disso, vários Estados se engajaram em longos períodos de guerra civil, tais como Moçambique, Costa do Marfim, Libéria e Angola. Uma das poucas excepções, é o caso da Zâmbia, que após a sua independência, experimentou dois processos de democratização, em 1964 e 1968. Em 1972, durante o governo de Kenneth Kaunda, a democratização é interrompida e adoptou-se um sistema de partido único, todavia, foi uma forma por conta da pressão que recebia da parte radical do seu partido (Ndiaye, 2014 p. 152).

A chegada da democracia e início dos processos de democratização no continente africano tiveram influência de dois grandes factores: O primeiro é endógeno, a partir de uma visão interna do próprio continente. Os conflitos armados que muitos países africanos vivenciaram acabaram influenciando golpes de Estados e Golpes militares e crises económicas. Tudo isso levou a queda de alguns regimes ditatoriais, como da Nigéria, Serra Leoa, Gabão, Uganda, República Democrática do Congo e República do Congo, forçando o debate sobre a necessidade de democratização para acomodar pacificamente os diversos actores políticos com interesses divergentes. Apoiando-se em uma concepção minimalistas, a democracia serviria para evitar banhos de sangue na disputa pelo poder(Ndiaye, 2014).

Já o factor exógeno veio de pressão da comunidade internacional. Instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional com os programas de Ajuda Estrutural (PAE) apontaram a fragilidade das instituições africanas. Dessa forma, estas instituições condicionaram o recebimento de apoio financeiro à liberalização das economias e democratização dos regimes políticos. Note-se que o combo democracia e liberalismo económico foi espalhado no continente africano não unicamente como democracia seria melhor regime para todo o mundo. Isso é reflexo da Victoria dos ideais norte-americanos na Guerra Fria (Ndiaye, 2014 p. 155).

O continente africano integra a terceira onda de democratização, mas apenas no seu segundo momento na década de 1990. Nesse período, a maioria dos países decidiu abandonar o sistema de partido único e adoptar o multipartidarismo. Vários países organizaram suas primeiras eleições presidenciais e parlamentares. Nesse sentido, alguns movimentos de libertação tornaram-se partidos políticos, adequando-se ao modelo democrático de disputa pelo poder. Diversos movimentos de libertação, que estavam no poder desde o momento que esses países tornaram independentes e compunham governos autoritários, perderam as eleições para seus opositores. Na Zâmbia, o partido de Kenneth Kaunda, a ZENU, perdeu as eleições de 1991 para o movimento para Democracia Multipartidária (MMD), que ficou no poder até em 2011 (Terenciano, 2016).

Moçambique, enquanto vivia no sistema de partido único tinha experimentado dois processos eleitorais, em 1978 e 1986. Eles foram processos internos que se deram na FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), movimento que

governava Moçambique. No entanto, essa experiência moçambicana não pode ser considerada democracia, uma vez que faltou o carácter plebeista, ou seja, a participação ampla da população.

No geral, os processos de democratização no continente africano são recentes e encontram obstáculos importantes. A democracia em África carece ainda de um profundo envolvimento das elites políticas e dos cidadãos, quando foi implementada havia pouco conhecimento por parte dessas elites sobre o próprio conceito de democracia, dificultando a implementação dos regimes. Alguns autores acreditam que a democracia acaba de ser novidade para a realidade africana, por isso, os países do continente encontram tanta dificuldade em implementá-la. No entanto, acredita-se que a experiência política do continente é diversa e totalmente compatível com os ideais de liberdade e participação, que são os fundamentos da democracia. Ainda assim, os processos de democratização têm esbarrado em desafios, como é o caso de Angola (Souza, 2016 p. 215).

2.3. Democratização em Angola: Sectores e Actores

O processo histórico de Angola traz consigo momentos dolorosos, um país que foi devastado por longo período de guerra civil, comprometeu o seu desenvolvimento socioeconómico e dos direitos humanos. Criou-se um sistema de governo corrupto e ineficiente, com enormes recursos que o país apresentava, como os diamantes e o petróleo (Cassule, 2010).

Segundo Patrício Batsikama (2019, p.110), para compreender a história de Angola é preciso entender três grandes momentos: (1) A independência de 1975, que representou o surgimento de Angola como uma República; (2) em 1992, que representou uma ruptura de um Estado em Angola; e o (3) 2002 em diante, marcado por um longo período da implementação de um Estado de Direito de forma ininterrupta.

Angola tornou-se independente em 11 de Novembro de 1975, fruto da luta de três movimentos de libertação nacional: Movimento popular de libertação de Angola (MPLA), Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e União

Nacional para Independência Total de Angola (UNITA). Na década de 1960, organizaram-se para dar início à luta armada contra os colonos portugueses. Este evento obteve grande repercussão com a queda do governo ditatorial de Marcelo Caetano, culminando nas revoltas dos Cravos, em 25 de Abril de 1974. Esse foi marco fundamental para todas as colónias portuguesas tornarem-se independentes, especificamente: Guiné-Bissau e Cabo-Verde, em 1974, e posteriormente Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, em 1975 (Pnto, 2016)

Os movimentos de libertação angolanos compartilhavam um único objectivo: a retirada dos colonos de Angola. O político Abel Chivukuvuku, no programa Mwangole Tv (2021), admitiu que quando foi proclamada a independência de Angola não se pensou em um projecto de sociedade que pretendia construir. Em 15 de Janeiro de 1975 foi assinado os acordos de Alvores, pelos três movimentos de libertação nacional e o governo portugueses, buscavam a criação de um governo unificado. Houve uma irregularidade da parte do MPLA, que resolveu atacar militarmente os outros movimentos, foram obrigados a sair da cidade de Luanda e ocupar outras zonas do país para a proclamação da Independência de forma unilateral. Todavia, a Proclamação da Independência foi realizada em diversas situações. Em Luanda, foi proclamada a República Popular de Angola, por Agostinho Neto, presidente do MPLA. Na província do Bengo, foi proclamada a República de Angola, por Álvaro Holden Roberto, presidente da FNLA. E, na província do Huambo, foi proclamada a República Democrática de Angola pelo presidente da UNITA, por Jonas Savimbi. Todos esses movimentos proclamaram independência no dia 11 de Novembro de 1975, como dizia o acordo (BOIO; CASSULE, 2010; CASTELLANO, 2015; JOSÉ, 2008).

O governo de Agostinho Neto foi reconhecido como o único governo legítimo e representante do povo angolano, não se reconheceu a legitimidade de outros movimentos FNLA e a UNITA. O Governo de Agostinho Neto teve uma repercussão maior porque o seu partido se aliou ao bloco dos países comunistas teve como Jugoslávia, Cuba, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e Alemanha Oriental. Enquanto a FNLA recebia apoio dos

EUA e da República Democrática do Congo (RDC). A UNITA recebe apoio da China, África do Sul, Marrocos, EUA e da República Democrática do Congo (Aqualusa, 2004).

Angola mergulhou em uma guerra civil muito profunda, sendo uma das guerras mais longas e sangrentas da África Subsaariana, que durou 27 anos. A Guerra Civil Angolana é fruto de conjunturas de factores complexos com contornos globais da dinâmica da Guerra Fria. Angola foi alvo das duas super potências, que buscavam influenciar os seus aliados dentro do território angolano. Além disso, questões internas também foram somadas e contribuíram para a eclosão do conflito. Um dos factores mais importantes para o desencadeamento da Guerra Civil Angolana envolveu a luta tribal, uma vez que cada movimento representava um grupo étnico, principalmente os maiores grupos do país, como os Ovimbundos, Bakongos e Kimbundos (Zau, 2002).

Em cada movimento havia membros de outros grupos étnicos, como o MPLA e a UNITA, já a FNLA era um movimento com a sua maioria do grupo étnico dos Bakongos. Outro factor que contribuiu para a eclosão do conflito armado foi um dos palcos da Guerra Fria, protagonizada pela luta hegemónica dos EUA e URSS, consistia mais em uma guerra ideológica. Com isso, compreende-se que após a independência de Angola não foi possível criar um Estado Democrático de Direito, por muitos factores. Primeiro, não se pensava naquele momento entre os movimentos de libertação na implementação de uma democracia, (Zau, 2002).

Segundo, percebe-se que o movimento que assumiu o governo do país desde a sua independência não detinha esse interesse Terceiro, o MPLA formou um sistema de governo de partido único, acreditando que era a única saída que Angola precisava naquele momento. Por último, entre os movimentos não setinha uma cultura de debate de entendimento da concepção de democracia (Castellano, 2015).

A democracia é, creio, o único sistema capaz de combater a cultura de exclusão que se instalou em Angola, o racismo e a xenofobia, promovendo o diálogo e expondo à luz franca do dia aquilo que para muitos de entre nós, aqueles que nunca deixaram de lutar pela paz, sempre foi uma evidência –

existem onze milhões de maneiras diferentes de ser angolano, tantas quantas os angolanos, e todas elas são legítimas (Aqualusa, 2004, p.5).

Na década de 1990, esperava-se a instalação de um Estado Democrático de Direito em Angola, por conta dos acordos de Bicesse entre o governo do MPLA, de José Eduardo dos Santos, e a UNITA, de Jonas Savimbi, com a mediação de Portugal, ONU e dos EUA. Além disso, a instalação de uma democracia encerraria os 16 anos de guerra civil com objectivo de buscar conciliar as diversas partes na partilha do poder. O acordo assinado entre as partes representava a queda do monopartidarismo e uma abertura para o multipartidarismo. Os grupos deixem de ser movimentos de libertação e tornarem-se partidos políticos, houve a abertura para a criação de novos partidos como Partido de Renovação Social (PRS), Frente Democrática Patriota (FDP), ADPANA, Partido de Renovação Democrática, (PRD), entre outros (José, 2008).

O multipartidarismo permitiu o surgimento de novos actores políticos, mas não permitiu a criação de um Estado Democrático de Direito. Um dos factores justificáveis é a falta de entendimento da elite política e dos partidos políticos angolanos sobre democracia, ademais essas discussões estavam distantes da população em geral, que pouco sabia sobre a democracia. É importante ressaltar que não se trata de uma afirmação valorativa, mas de reconhecer que os processos históricos de Angola- marcados pela colonização autoritária, disputas de poder pós-independência e guerra civil dificultaram a construção de diálogo necessário e à construção da democracia (Sanches, 2020).

O académico e deputado da bancada parlamentar do MPLA João Pinto (2016 p. 43) “pontua que, a Constituição de 1992 previa a criação de um Estado Democrático de Direito”. As primeiras eleições ocorreram de forma simultânea para a presidente e o legislativo. Realizadas em Setembro de 1992, os resultados das eleições apontavam a vitória de José Eduardo dos Santos com 51% dos votos contra 49% de Jonas Savimbi. No entanto, Savimbi e a UNITA não aceitaram os resultados das eleições, alegando que houve fraude eleitoral, uma vez que o seu partido venceu no sul do País (Oliveira, 2019).

A Organização das Nações Unidas (ONU), que supervisionou as eleições afirmou que as eleições foram justas e livres. Era previsto que os dois partidos disputassem o segundo turno das eleições, mas a UNITA e Jonas Savimbi resolveram iniciar um conflito, que durou 10 anos, terminando com a morte em combate de Jonas Savimbi, em 21 de Fevereiro de 2002, pelo exercito governamental (Aqualusa, 2004;).

Com um país devastado e destruído pela guerra, as forças governamentais e a guerrilha da UNITA assinaram um memorando de entendimento de Luena entre as partes, com intuito de cumprir o acordo de Bicesse de 1991 e o protocolo de Lusaka de 1994, esse memorando foi assinado à 04 de Abril de 2002 na província de Luanda. (Matos, 2020;).

Com a paz instaurada, com enorme crescimento económico, a economia angolana foi das economias que mais cresceu globalmente nas primeiras décadas do século XXI. A UNITA deixou de ser um oponente militar e passou a ser um opositor político com assento permanente no parlamento, tornando-se o maior partido da oposição (Amundsen, 2004).

O período pós-conflito é marcado pela tentativa de construção de um Estado Democrático de Direito, com objectivo de construir uma Angola para todos. Com intuito de se respeitar o memorando de Luena, o governo deixou passar 6 anos para que se realizassem eleições legislativas em 2008. Com a Victoria esmagadora do MPLA (81% dos votos), quase fez desaparecer a oposição, permitiu o MPLA alterar a constituição de 1992 para constituição de 2010, centralizando o poder no Executivo, especialmente no presidente da República(Schubert, 2013).

O MPLA, com a sua maioria no parlamento, conseguiu alterar alei eleitoral da Constituição de 1992 para as eleições presidencialistas tornarem-se indirectas. Os angolanos nas eleições presidenciais deixaram de votar directamente para eleger o presidente e passaram a votar no cabeça de lista do partido político, significa que o partido com mais votos é que será o governo simultaneamente com o candidato que é cabeça de lista. Segundo o sistema de eleição do

presidente tem semelhanças com os modelos estadunidense, sul-africano e francês, mas com as suas particularidades (Pinto 2026, p.23).

Segundo a Constituição de 2010, no que concerne a democracia diz o seguinte:

1 República de Angola é um Estado Democrático de Direito que tem como fundamentos a soberania popular, o primado da Constituição e da lei, a separação de poderes e interdependência de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa;

2 A República de Angola promove e defende os direitos e liberdades fundamentais do Homem, quer como indivíduo que como membro de grupos sociais organizados, e assegura o respeito e a garantia da sua efectivação pelos poderes legislativo, executivo e judicial, seus órgãos e instituições, bem como por todas as pessoas singulares e colectivas (Pinto, 2010, p.4).

Desde o momento que entrou em vigor a nova constituição (2010), houve algumas mudanças que ocorreram em Angola. Antes da nova constituição, o MPLA partido que governa Angola desde 1975 acabou se tornando um partido Estado e governo, não há separação entre partido e o Estado. Schubert (2013) argumenta que muitas vezes não se compreende a maneira que o Estado actua, o MPLA não consegue se desfazer do sistema de partido único.

Os partidos políticos angolanos, no geral, tem pouca experiencia democrática interna. Por exemplo, a UNITA, após a morte do seu fundador, realizou quatro eleições internas. Já no MPLA, essa experiencia de democracia interna não é comum, por conta do passado histórico que desestabilizou o partido, quando alguns militantes apontaram algumas práticas ruins do seu presidente, uns foram mortos e outros saíram do partido (Mateus, 2014).

2.4. Desafios da Consolidação da Democracia em Angola.

Em 2020, o jornal DW apresentou um relatório que é elaborado pela Economist Intelligence Unit (EIU), sobre o estado da democracia em alguns países do Norte e Sul global, os países de língua oficial portuguesa encontram-se em uma posição vulnerável.

Países como a Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique e Angola, são caracterizados como regimes semidemocráticos, ou seja, são Estados que estão em transição de regime autoritários para regimes democráticos. Um dos

critérios que estava em causa para avaliação era a liberdade de expressão, que nesses países é limitada.

A situação em Angola após o ex-presidente José Eduardo dos Santos ter saído do poder em 2017, com o governo de João Manuel Gonçalves Lourenço se deteriorou. Algumas vozes políticas, activistas sociais e políticos, no acto da tomada de posse de João Lourenço, como novo presidente eleito de Angola, alimentou sentimentos de esperança para o povo angolano, que inclusive os 100 dias da sua governação foram bem avaliadas da parte dos seus adversários políticos e membros da sociedade civil, por desencadear uma abertura para a liberdade de expressão, promover um encontro de diálogos com os partidos da oposição que o regime do MPLA não permitia e por levar em pauta o discurso do combate a corrupção, que era o programa do seu partido.

Desde 2019 seu governo tem sido alvo de críticas, especialmente devido a crise financeira que perdura desde o final de 2014, pelo aumento do preço do barril de petróleo no mercado internacional. Em 2020, desde que começou a pandemia da Covid-19, vêm se desencadeando varias manifestações pacíficas contra o elevado índice de desemprego no seio da juventude, a elevação dos preços dos produtos alimentícios em todo país, e entre outros. O governo utiliza a polícia nacional para reprimir os manifestantes, registando-se mortes de alguns activistas.

Segundo o deputado do maior partido da oposição (UNITA) Nelito Ekuikui e o político Abel Chivukuvuku, alegam que há uma tendência de se minar as bases democráticas em Angola, caminhando para uma volta a um regime autoritário da parte do MPLA.

As autarquias serviriam como o elemento essencial para a consolidação e resolução dos problemas em Angola, que visam à descentralização do poder decisório e melhoria da participação popular. As autarquias vêm sendo discutidas em Angola desde que o país alcançou a paz, em 2002. Conforme Pestana (2014) e Teixeira (2019), as autarquias são fundamentais para resolução dos conflitos internos no país, como assimetrias regionais, uma delas

consistiria ao termino da dependência do poder central, para o autodesenvolvimento dos municípios,

Boa entende que:

As autarquias locais são pessoas colectivas públicas, de uma circunscção territorial, que resultam de um processo de descentralização administrativa e autonomia visando o interesse da colectividade local (Boa, 2017, p. 223).

Segundo o actual presidente da UNITA, Adalberto da Costa Júnior, a falta de vontade política e comprometimento da parte do partido que governa o país, é a real causa para a ausência das realizações das eleições autárquicas.

O ex-vice-presidente da República de Angola, Manuel Vicente, em 2014, assumiu em publico que me 2021 seriam realizadas as primeiras eleições autárquicas. Já o presidente João Lourenço, no acto da sua tomada de posse em 2017, assumiu publicamente que as eleições seriam realizadas em 2020, isso trouxe debates públicos entre membros da sociedade civil e partidos políticos sobre as autarquias (Santin, 2019).

Dessa forma, notasse que a dificuldade na implementação de reformas administrativa que prevê a descentralização de poder, para incluir as autarquias, é considerada como um entrave ao avanço da democratização em Angola, ao passo que as vozes locais não são completamente incluídas nos processos decisórios.

Além disso, outra questão importante para o avanço da democracia angolana é a incorporação das etnias e do poder tradicional. O poder tradicional quase que não exerce espaço, na Constituição angolana (2010) reconhece a existência das autoridades do poder tradicional. Muitos antes de Angola ser um Estado na concepção contemporânea, já existia o poder tradicional, como o Reino do Bailundo, que fica na província do Huambo, um dos reinos que actualmente existe em Angola.

As autoridade tradicionais são parceiros importantes do Estado, por serem entidades que estão em constante dialogo com o povo, as vezes o Estado usa, os sobas e osregedores para mantimento do controle da população, quando

ocorrem as eleições na parte do governo, nota-se que à aproveitamento político, com objectivo de receberem votos das suas comunidades. No entanto, nota-se uma ausência de políticas institucionais que inclua os poderes tradicionais, gerando instabilidade em sua participação no processo democrático e agravando as assimetrias, o que se põe como um grande desafio à democratização de Angola e a possível fonte de conflito (Santin, 2019).

Outra questão fundamental para a consolidação da democracia em Angola é a falta de diálogo para a resolução de contendas de grupos separatistas. A província de Cabinda é alvo de maior preocupação da parte do governo angolano. Cabinda foi um ex-protectorado português, que as suas divisões territoriais foram efectuadas a partir da Conferencia de Berlim (1884.1885), passando a fazer parte da colónia portuguesa (Mangovo, 2012).

Conforme Mangovo (2012), em 1975, os portugueses agruparam o território de Cabinda como parte do território de Angola, Cabinda é uma das províncias mais ricas de Angola, o governo angolano desde a sua independência tem marcado presença militar de forma muito significativa, tornando a província mais militarizada do país. Na região, actuam grupos separatistas, como a Frente de Libertação de Cabinda (FLEC) e o Movimento de Libertação de Cabinda (MLC), que durante muitos anos vêm reivindicando a independência da província. Mangovo entende que:

Contrariamente a todas as expectativas suscitadas pelo acordo de paz, o conflito armado na Província de Cabinda continua e agudizaram-se as contestações ao MEPRC quer no seio da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), quer por parte dos restantes movimentos sociais de Cabinda, minando a estratégia de acomodação política posta em marcha pelo governo angolano e a reconciliação face aos múltiplos envolvidos no conflito (Mangovo, 2012, p94).

Os conflitos que surge em Cabinda, uma das suas causas de lutas de ocupações territoriais e dos recursos naturais como petróleo, madeira e outros. O governo angolano várias vezes passa uma imagem perante a comunidade internacional que a província vive sobre uma estabilidade e acusa as FLEC-FAC, de ser um grupo de terroristas que tem causado instabilidade na região (Mangovo, 2012).

Quando foi assinado o memorando de entendimento entre o governo do MPLA e a UNITA, em 4 de Abril de 2002, procurou-se minimizar a situação entre os dois partidos políticos hegemónico em Angola, mas a questão de Cabinda sempre ficou a parte, por isso não existe no país uma força política com assento no parlamento para defender o interesse dos cabindenses (Mangovo, 2012).

A FLEC e FAC entendem que o problema de Cabinda merece uma atenção da comunidade internacional, pedindo uma intervenção da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2006 o acordo de cessar-fogo entre as tropas governamentais, fruto do Fórum de diálogo de Cabinda (FDC) que aconteceu na Holanda, alguns elementos dos grupos separatistas passaram a fazer parte do Governo da Unidade de Reconciliação Nacional, onde a UNITA também esteve integrada, durou até 2008 (Mangovo,2012).

Os conflitos militares entre as tropas governamentais angolanas e a FLEC são constantes, na região como Massabi as FLEC no ano de 2020, atacara, uma unidade militar das tropas governamentais, fez dez feridos, como descreve o Jornal Internacional DW.

2.5. O Papel da Sociedade Civil na Estabilidade da Cidadania

O conceito de cidadania é definido como a prova de identidade que mostra a relação ou vínculo do individuo com o Estado. Este conceito remete a cidadania como a esfera de capacidade, soma de direitos e deveres que o individuo tem perante o Estado e, define o vínculo nacional da pessoa.

Janoski (1998 citado por Carvalho, *etal*, 2005, p. 14), sobre o termo cidadania, teoriza o seguinte:

Embora o conceito de cidadania tenha discutido a partir de vários campos disciplinares, foi Marshall (1950) quem contribuiu decisivamente para a sua afirmação enquanto grelha explicativa dos direitos legais [ou civis que remetem para as libertades individuais e o direito a propriedade privada], políticos [que remetem para a possibilidade de exercício do poder e sociais [que remetem para a segurança do ponto de vista económico e social.

Para o caso de Angola, o conjunto de cidadãos a quem o Estado confere direitos e obrigações compõem a sociedade civil angolana. Estes direitos

estendem não somente na salvaguarda dos direitos fundamentais, como direito a vida, a habitação, a educação, a protecção civil só para citar estes, mas também inclui direitos de participação na vida política, através dos meios democráticos constitucionalmente consagrados. Tal é o caso da participação do cidadão na escolha ou eleição daqueles que podem governar, na elaboração e aprovação da constituição feita pelos seus representantes legais e outras formas de participação política.

A sociedade civil em Angola se fortaleceu na década de 1990 é um actor muito importante para a defesa dos Direitos Humanos e na construção de um Estado Democrático de Direito. Organizações Não-governamentais, como a Open Society, dirigida pelo jornalista e activista dos direitos humanos Rafael Marques, um dos grandes críticos da governação de José Eduardo dos Santos, tem feito denúncias de algumas personalidades públicas que desviam fundos do erário publico para o exterior e é contra a corrupção em Angola (Matos,2020).

Em Angola é muito comum ouvir-se em vários debates formais e informais, televisivos, radiofónicos, nas aulas com os estudantes de Sociologia política, de Direito, inclusive de Gestão e Administração Pública, que “a democracia em Angola não é factível”, ou que a democracia em Angola “só esta no papel”. Um outro argumento, o “povo não tem liberdade de expressão”, “o governo só precisa do povo em tempo de eleições”. Na verdade, olhando para os argumentos acima expostos, leva a uma análise daquilo que se entende de facto como regime democrático.

A existência de uma sociedade civil activa é fundamental para a consolidação da democracia que tanto se espera em Angola. Tem sido visível que as organizações da sociedade civil como as ordens dos médicos, advogados, enfermeiros, Sindicatos de Jornalistas, dos professores, de trabalhadores entre outras formas de participação social não participam de forma activa na esfera de decisão sociopolítica do país (Santin, 2019).

De acordo com Pocinho, a qualidade da vida pública e a performance das instituições sociais são poderosamente influenciadas pelas normas e redes de engajamento cívico.

Com base ao acima exposto, recai a preocupação de conceber uma teoria sociológica que permita uma dinamização na participação da sociedade civil na dinâmica da Democracia angolana. Se se quiser alcançar o ideal democrático e dinamizar os níveis de participação da sociedade civil, este processo passará pela cooperação entre os indivíduos com vista a objectivos comuns e satisfação social entre todos os membros da sociedade, tornando a sociedade equilibrada e coesa, baseada na divisão social do trabalho, através da especialização dos seus membros gerando a interdependência entre eles, conforme os modelos da teoria sociológica funcionalista.

Dentro das formas de participação política, é possível destacar a participação institucional e não institucional. Conforme descreve Almeida (2007, p. 31), a respeito da participação política, afere o seguinte:

Considera-se institucional a participação política cujas actividades se desenvolvem dentro do âmbito estatal da tomada de decisões ou produto dos mecanismos governamentais, como é o caso das consultas eleitorais, dos referendos, das comissões de investigação, dos organismos consultivos, etc. a participação política não institucional compreende as actividades que se realizam fora da esfera oficial, com vista ao estabelecimento de políticas, sejam não-governamentais, partidos políticos, etc.

Ao se mencionar a sociedade civil angolana não se deve esquecer o papel que as igrejas têm desenvolvido, por se assumirem como parceiro do Estado. Desde o domínio colonial, a igreja em Angola, tanto protestante como católica, sempre participou na formação política da elite angolana. Um dos maiores problemas da sociedade civil em Angola, parte de algumas personalidades anseiam pelo poder político, a figura do músico e activista Brigadeiro10 Pacotes, que durante muito anos foi uma das pessoas que mais rebatia contra o regime do MPLA, fazendo criticas severas contra o regime e da pessoa do ex-presidente da República José Eduardo dos Santos através das suas músicas, foi obrigado a pedir asilo.

Destarte, destaca-se que, independentemente de a participação ser institucional ou não institucional, para que se eleve o grau de democracia em Angola é necessário que haja maior participação dos cidadãos na vida política, proporcionando desta forma maior qualidade do governo. Pois conforme defende a Escola da Democracia participativa, inspirada no pensamento de

Rousseau, “a democracia atingira níveis tanto mais altos quanto maior for o desenvolvimento dos mecanismos de participação popular e o seu controle sobre os governantes” (Almeida, 2007, p. 31).

São grandes os desafios da sociedade civil organizada angolana nesse contexto de paz. A busca pela democratização e pelo fortalecimento das instituições democráticas parece-nos os elementos mais importantes para este feito.

Para isso, torna-se fundamental a valorização das culturas angolanas. A sociedade civil angolana deve pautar-se em busca de políticas que respeitem os variados aspectos de sua cultura para que não seja forjada uma organização civil artificial e, porque não, um engodo, à medida que se distancia da realidade concreta de Angola.

Por sua vez, o governo deve buscar um maior apoio da sociedade angolana para desenvolver melhor a sua política. Num país com baixo índice de desenvolvimento humano, o governo não tem conseguido dar assistência mínima para sua população. Por isso é fundamental a parceria com a sociedade civil que, muitas vezes, tem um maior conhecimento da região ou do contexto, mais até que o próprio governo (Capoco, 2013).

Acreditamos que a melhoria das condições de sobrevivência da população e o combate a pobreza no país só acontecerão como resultado de um trabalho conjunto entre o governo e a sociedade civil, sendo fundamental superar todos os constrangimentos que ainda persistem. Para tanto, o despertar da sociedade civil angolana de forma democrática, participativa e respeitadora da diversidade presente no país, é fundamental, pois tais dilemas só serão resolvidos se Angola consolidar uma sociedade civil efectivamente madura (Capoco, 2013).

CAPITULO III- APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

CAPITULO III- APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

3.1. Tipo de pesquisa

Adoptamos a pesquisa do tipo descritiva. As pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenómeno, ou ainda o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este rótulo e uma de suas características mais significativas aparecem na utilização de técnicas padronizadas de colecta de dados, como questionários, escalas e entrevistas, que podem ser subjectivas e quantificáveis (Gil, 2010).

Portanto, quanto à abordagem a presente pesquisa é quantitativa. A pesquisa quantitativa se centra na objectividade e recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenómeno, as relações entre variáveis, entre outros aspectos. Como as amostras geralmente são consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retracto real de toda a população alvo da pesquisa (Gil, 2002).

3.2. População e amostra

O universo populacional para a investigação, será composto por estudantes do 3º ano do curso de ensino da História do ISCED/ HUÍLA.

A nossa amostra para a investigação, será aleatória simples retirada da população alvo.

3.3. Caracterização da Amostra dos Estudantes Inquiridos

A caracterização da amostra do presente trabalho, esta representada em função do género, número e idade conforme as tabelas e gráficos a baixo:

Tabela e Gráfico nº 1-Género dos Estudantes inquiridos

Características	Género	Nº de Student.	Percentagem
Estudantes	Masculino	16	59,25%
	Feminino	11	40,74%
Total		27	100%

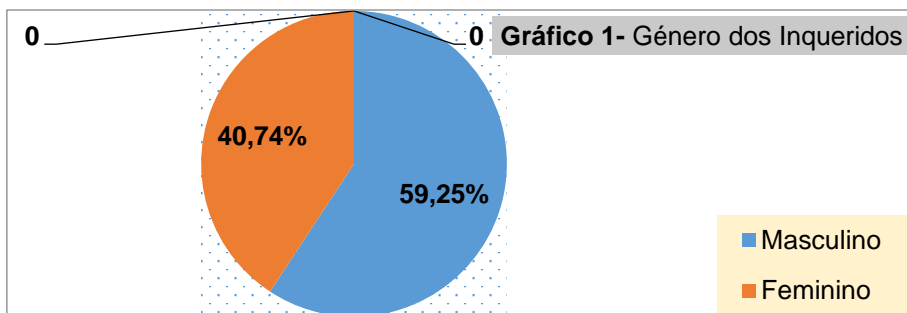
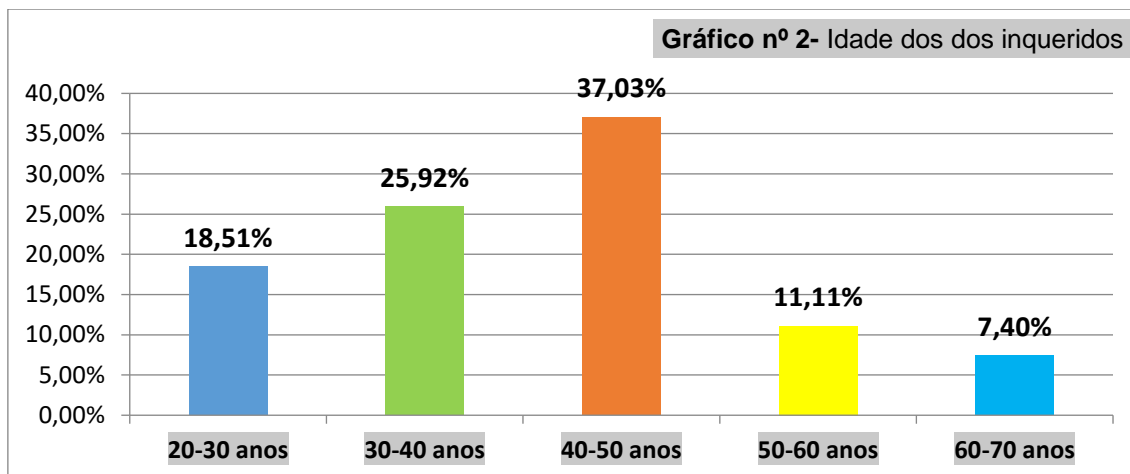


Tabela e Gráfico nº 2- Idade dos Estudantes inqueridos

Características	Idade	Nº de Estudant.	Percentagem
Estudantes	20-30 anos	05	18,51%
	30-40 anos	07	25,92%
	40-50 anos	10	37,03%
	50-60 anos	03	11,11%
	60-70 anos	02	7,40%
Total		27	100%



3.4. Apresentação dos resultados

Questão 1- Como avalia o seu grau de conhecimentos obre o tema em questão?

Característica	Opção de Resposta	Nº de Estudant.	Percentagem
Estudantes	Rico	2	7,40%
	Muito Rico	0	0%
	Razoável	13	48%
	Podre	12	44,44%
Total		27	100%

A tabela em epigrafe responde a questão nº 1 dos inqueridos dirigidos aos 27 estudantes que representam 100%, dos quais 2 responderam que têm um conhecimento rico, que perfaz 7,40%. 13 estudantes responderam que o conhecimento era razoável que perfaz 48% e 12 responderam que tinham um conhecimento podre que perfaz 44,44%.

Questão 2- Já ouviu falar sobre a transição democrática em Angola e os desafios da estabilidade da cidadania?

Característica	Opção de Resposta	Nº de Estudant.	Percentagem
Estudantes	Sim	6	22,22%
	Não	9	33,33%
	Não tenho certeza	12	44,44%
Total		27	100%

Relativamente a segunda questão, procurou-se saber se os estudantes já tinham ouvido falar sobre o tema em análise. Constatou-se que, dos 27 estudantes inquiridos que fazem 100%; 6 responderam que sim, que fez 22%; 9 responderam que não que fez 33% e responderam que não tinham a certeza, que fez 44%.

Questão 3- Em que ano surge a transição democrática em Angola?

Característica	Opção de Resposta	Nº de Estudant.	Percentagem
Estudantes	a)- 1975	10	37,03%
	b)- 1992	7	25,92%
	c)- 2002	7	25,92%
	d)- 2010	3	11,11%
Total		27	100%

A tabela acima, responde a 3ª questão dos inquiridos dirigida aos 27 estudantes que correspondem 100%. Onde procurou-se saber, em que ano surgiu a transição democrática em Angola. Dos quais, 10 estudantes responderam a opção a)-1975, que correspondeu a 37%; 7 responderam a opção b)-1992 que correspondeu aproximadamente 26%; de igual modo 7 estudantes responderam a opção c).2002 e apenas 3 estudantes optaram em responder a opção d)-2010.

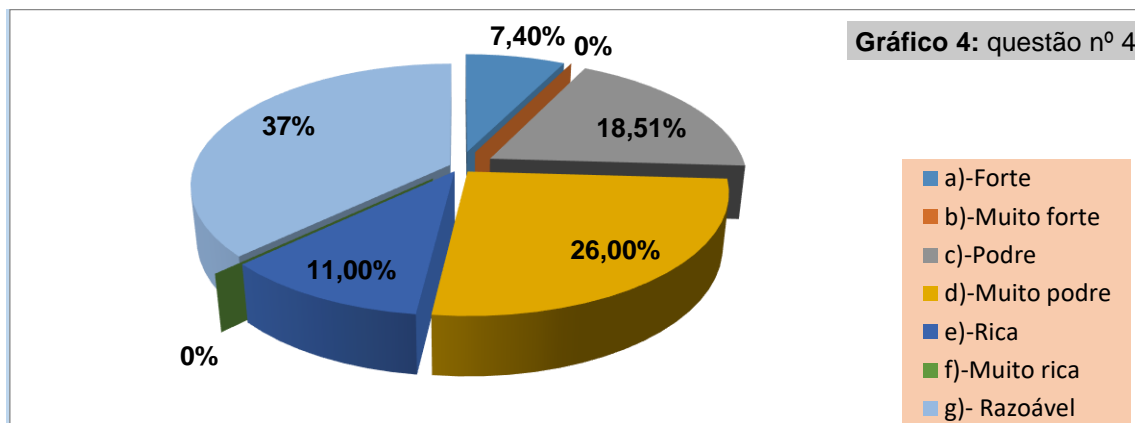
Como vê-se, as respostas são diversificadas e mostram claramente que os estudantes inquiridos desconhecem efetivamente o ano da transição democrática em Angola.

Questão 4- Que análise se pode fazer, sobre os desafios da estabilidade da cidadania em Angola no período (1991-2020)?

Característica	Opção de Resposta	Nº de Estudant.	Percentagem
Estudantes	a)- Forte	2	7,40%
	b)- Muito forte	0	0%
	c)- Podre	5	18,51%
	d)- Muito podre	7	25,92%
	e)- Rica	3	11,11%
	f)- Muito rica	0	0%

	g)- Razoável	10	37,03%
Total		27	100%

A tabela acima referenciada responde a questão nº 4 dos inquéritos dirigido aos 27 estudantes que correspondem 100%. Cujas as respostas estão discriminadas conforme o gráfico a baixo:

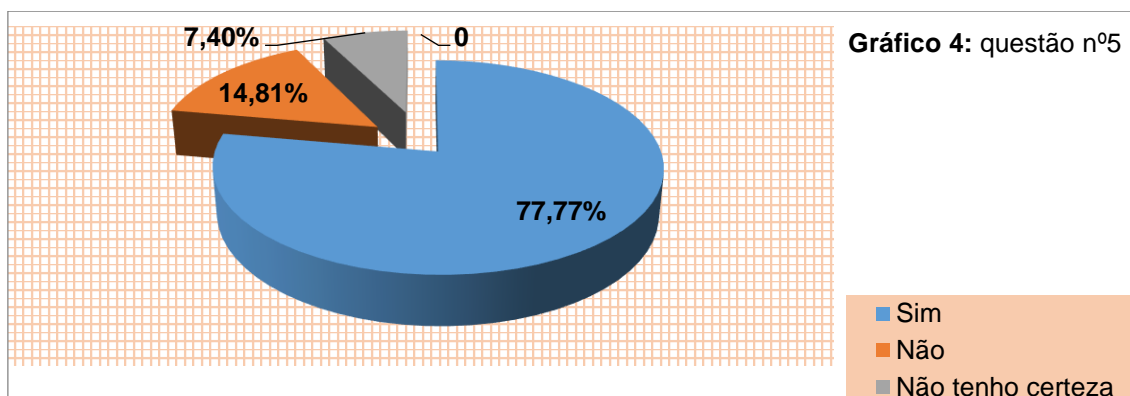


Fonte: Elaboração do Autor com base aos inquéritos

Questão 5-Achaspertinenteainvestigação do tema?

Característica	Opção de Resposta	Nº de Estudant.	Porcentagem
Estudantes	Sim	21	77,77%
	Não	4	14,81%
	Não tenho certeza	2	7,40%
Total		27	100%

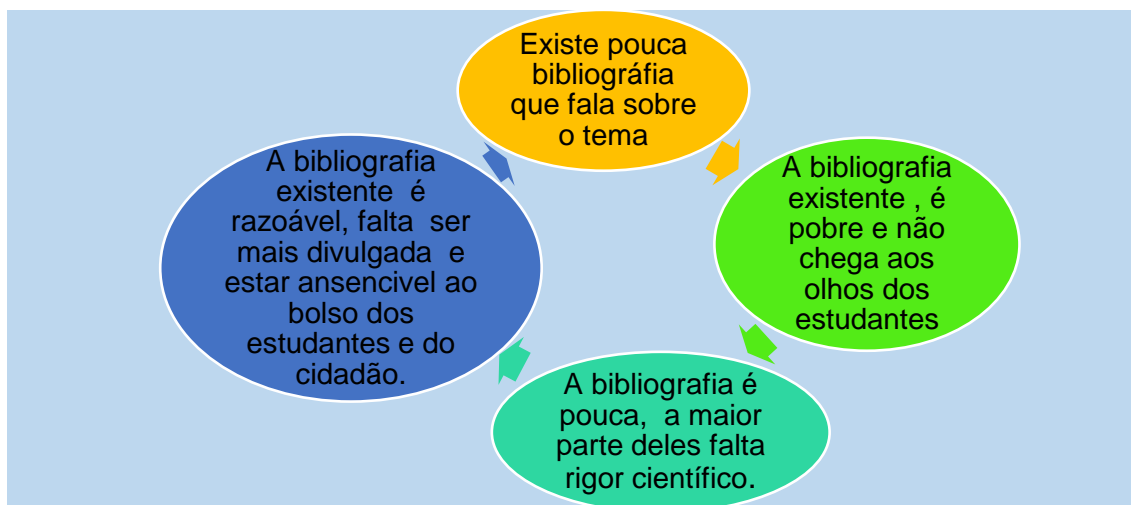
Como mostra a tabela acima, dos 27 estudantes inqueridos que perfazem 100%, 21 estudantes responderam que sim correspondendo a 77,77%; 4 optaram em responder não que per fez 14,81% e 2 estudantes não tinham a certeza, que per fez apenas 7,40%. Conforme o gráfico abaixo:



Fonte: Elaboração do Autor com base aos inquéritos

Questão 6- Como avalia a bibliografia existente sobre o tema em estudo?

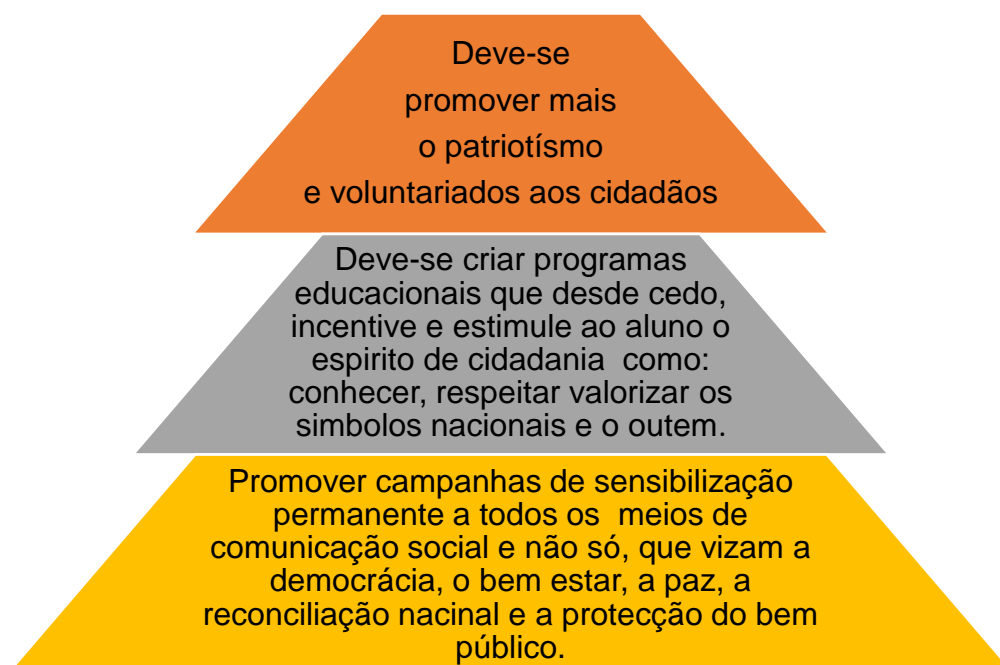
Várias foram as respostas dos inquiridos, com relação a esta questão conforme mostra esquema a baixo:



Fonte: Elaboração do Autor com base aos inquéritos

Questão 7- O que deve ser feito para se elevar os níveis da estabilidade e da cidadania angolana?

Os estudantes inquiridos foram unânimes nas seguintes respostas:



Fonte: Elaboração do Autor com base aos inquéritos

CONCLUSÃO E SUGESTÕES

CONCLUSÕES

Depois da revisão da literatura, fez-se uma abordagem detalhada sobre o tema da investigação, e concluiu-se o seguinte:

Angola é um país que foi colonizada pelos portugueses, e conseguiu alcançar a sua independência em 11 de Novembro de 1975, graças às acções levadas a cabo pelos nacionalistas e patriotas angolanos após, a realização de um longo processo de conflito que envolveu os movimentos de libertação nacional do país.

No entanto, a realização das primeiras eleições foi a condição suficiente para a garantia do processo democrático em Angola e não só, também o apoio e o acompanhamento dos observadores internacionais e da sociedade civil, é crucial para o processo de democratização e da estabilidade da cidadania que se quer.

No que concerne aos estudantes inquiridos estes, demonstraram um fraco conhecimento sobre o tema por falta de bibliografia, a pouca abordagem do mesmo nas aulas de História de Angola, a falta de debate no seio dos académicos, bem como a falta do autodidactismo, daí a necessidade de se criar tais espaços e incluir o tema no programa de História de Angola.

As ideologias e convicções políticas em Angola estão na base, da fraca estabilidade da cidadania e da construção da unidade nacional.

SUGESTÕES

Em concordância com as conclusões apresentadas, sugerimos o seguinte:

- É necessário que o governocriépolíticaspráticasquepermittedmaiorparticipação dos cidadãosnosprocessosdemocraticos do país;
- Para que a democracia se torneefectiva é necessárioqueoscidadãosconsigamacompanharcadavezmaisospassos dos seusdirigentes de maneira a actuarnasua própriaeducaçãopolíticaparaconsolidar a transiçãodemocrática e estabilidade social;
- Que sejamrealizadaspalestras, workshops , debates e seminaries entre osacadémicosdentro das jornadascientíficas e nos medias,paraumaabordagemprofunda e científica do tema;
- Que se criépolíticasqueincentivem as futurasgerações, avalorização da transiçãodemocráticaem Angola e que, promovamaestabilidade da cidadania.

BIBLIOGRAFIA/ ANEXOS

BIBLIOGRAFIA

- AGUALUSA, José Eduardo (2004). *Guerra e paz em Angola. Comunicação apresentada na Festa Internacional de la Literatura de Barcelona.*
- ALMEIDA, G. (2007). Atlas básico de política. Lisboa: Didáctica Editora
- ALVES P.M. (2014), *Metodologia Científica*. 1ª edição. Escola Editora-Portugal.
- BATSÍKAMA, Patrício(2012). *Despoder em Angola -. África [s]-Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África*, v. 6, n. 11, 2019.
- BITTENCOURT, Marcelo (2008) *Modernidade e atraso na luta de libertação angolana*. Editora FGV Alternativas. Rio de Janeiro.
- CAPOCO, Zeferino (2013). *O Nacionalismo e o Estado: um estudo sobre a história política de Angola (1961-1991)*. Tese (Doutorado em Ciência Política e Relações Internacionais) – Instituto de Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa,
- CARVALHO, António (2014). *Democracia e desenvolvimento económico-social*.
- CASSULE, Abel Franciso; BOIO, David. Ciências Políticas. Revista Do Centro De Investigação Sobre Ética Aplicada (CISEA)
- Constituição da República de Angola (2010). Luanda/ Angola.
- COSTA, P. C. (1970). *Cem anos dos missionários do Espírito Santo em Angola*. Nova Lisboa.
- COUTINHO, Clara Pereira (2006), *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* 2º Edição.
- FERNANDO Catroga (2009). *Comunidades Imaginadas e Nacionalismo em África*. Universidade de Coimbra.
- FERNANDO, Emídio (2013). *Jonas Savimbi no lado errado da história. Alfragide: Dom Quixote/ Portugal*.
- FERREIA, P. M. (1998). *Instituto Superior de Ciência Políticas. In Os conflitos na Região dos Grandes Lagos*. Lisboa: Silabo.
- FRANÇA, P. d. (2007). *Os fundamentos da Democracia: Análise das teorias da democracia de Aristotles, Kasen e Bobbio*. 2007.

- FURTADO, Cláudio. Democracia em África: possibilidades e limites. *África*, n. 20-21, 1998 p. 199-217.
- GIL, António Carlos (2006), *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*.
- GUIMARÃES, Fernando (2001). *The Origins of the Angolan Civil War: Foreign Intervention and Domestic Political Conflict*. Houndmills Palgrave Macmillan.
- HUGON, P. (2015). *geopolítica de África* (Vol. 3º). (J. d. Costa, Ed.) Escola Edirora.
- HUNTINGTON, S. P. (1991). *O choque de Civilizações e a Reconposição da Ordem Mundial*.
- LÚCIA Davelli, Ferreira (2003) *Manual de Normalização de trabalhos Técnicos, Científicos e Culturais*.
- MANGOVO, Patrício Munengo. (2012). Os desafios da paz em Angola e as dinâmicas do conflito em Cabinda. *Nação e Defesa*,.
- MARCONI, M. & Lakatos, E. (2014). *Fundamentos de metodologiacientífica*. (7ª ed.). São Paulo: Atlas.
- MATEUS, D. C. (2006). *Memórias do Colonialismo e da Guerra*. ASA, Lisboa.
- MBAH, Jean Martial (2010). *As rivalidades políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (1961-1975)*. Mayamba Editora, Luanda/ Angola.
- MOREIRA A. (2021), *Reflexões em torno de Metodologia de Investigação Métodos* 1ª Edição, UA Editora- Portugal.
- NDIAYE, Detoubab (2014). *O difícil processo de transição da Democracia política africana*. Portugal.
- NEWITT, Malyn (2007). *Angola in Historical Context*. In: CHABAL, Patrick;
- PINA, L. D. (2006). *Valores e Democracia em Cabo-Verde Entre a Adesão Formal e Embarço Cultural*. Brasilia.
- PINTO, João. (2016) *A história constitucional e governação angolana*. JURIS, v. 1, n. 1, p. 179-206,.

- SANTIN, R, T. C (2019). Governação local democrática em angola: algumas questões e desafios emergentes. Revista Digital EstudiosHistoricos.
- SOMERVILLE, Keith (1986). *Angola: politics, economics and society*. Londres: Frances Pinter.
- TERENCIANO, Fidel;etal.(2016).*Processos De Democratização E Competição Política Na África Dos Anos 1990: Os Casos De Moçambique E Zâmbia*. Revista Brasileira de Estudos Africanos, v. 1, n. 2.
- VIDAL, Nuno (2013). *A Revolução Angolana: Guerrilha, Guerra e Socialismo e regimes marxistas: rupturas, experiências e impacto internacional*. editora Porto Alegre Portugal.
- VISENTINI, Paulo G. (2010). *A África Moderna: um continente em mudança (1960- 2010)*. Porto Alegre, Portugal.

ANEXO I- Inquérito Por Questionário



Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla

ISCED - HUÍLA

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Caro Estudante, o presente inquérito tem como finalidade a obtenção de informação para a elaboração da Monografia para a obtenção do grau de Licenciatura em ensino de História, subordinada ao tema: **“Transição Democrática em Angola e os Desafios da Estabilidade da Cidadania (1991-2020)”**. Ao preencher o questionário abaixo, estarás a contribuir para o melhoramento do tema em causa e poderá ajudar, na compreensão do mesmo. A informação prestada será tratada confidencialmente, Pelo que, agradecemos a vossa máxima colaboração.

Dados Pessoais

Género _____, Idade _____, ano de frequência _____

(Coloque um **X** na opção que achares correcta).

Questões:

1- Como avalias o seu grau de conhecimentos sobre o tema em questão?

- a)- Muito Rico _____ b)- Rico _____
c)- Razoável _____ d)- Pobre _____

Justifica

2- Já ouviu falar sobre a transição democrática em Angola e os desafios da estabilidade da cidadania?

- a)- Sim _____
b)- Não _____
c)- Não tenho certeza _____

3- Em que ano surge a transição democrática em Angola?

- a)- 1975 _____ b)- 1992 _____
c)- 2002 _____ d)- 2010 _____

4- Que análise se pode fazer, sobre os desafios da estabilidade da cidadania em Angola no período (1991-2020)?

a)- Forte _____

c)- Podre _____

e)- Rica _____

g)- Razoável _____

b)- Muito forte _____

d)- Muito podre _____

f)- Muito rica _____

Justifica _____

5- Acha pertinente a investigação do tema?

a)- Sim _____

b)- Não _____

c)- Não tenho certeza _____

Justifica _____

6- Como avalia a bibliografia existente sobre o tema em estudo?

R: _____

7- O que deve ser feito para se elevar os níveis da estabilidade e da cidadania angolana?

R: _____

Obrigado pelo tempo e atenção dispensada

Atenciosamente

Francisco do Rosário Baltazar

ANEXO II: Imagens

Imagens 1: a esquerda Agostinho Neto, ao meio Hordem Roberto e a direita Jonas Savimbi. A outra imagem. mostra o momento dos cidadãos a festejarem a proclamação da independência de Angola 1975.



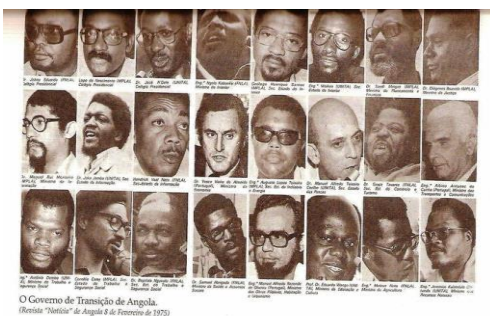
Fonte: foto de Ilka Boaventura Leite, (2012).

Imagens nº 2- Momento antes da assinatura dos acordos de Bicesse entre o RPA e a UNITA. José Eduardo dos Santos, Cavaco Silva, Jonas Savimbi



Fonte: foto de Ilka Boaventura Leite, (2012).

Imagem nº3- Composição do governo de transição de Angola formado a 31 de Janeiro 1975. E tomada posse do governo de transição de Angola.



Imagens 4- Boletim de voto e as mesas da assembleia de voto nas primeiras eleições em Angola 1992.



Imagens 5- Momentos do Ex. Presidente da República José Eduardo dos Santos, na mesa da assembleia de voto nas primeiras eleições em Angola 1992.



Imagem 6- Transição do poder político do MPLA 2017. A esquerda Ex. Presidente José Eduardo dos Santos a esquerda João Manuel Gonçalves Lourenço.

